

Acerto de contas

Dissemos, há dias, que a criação de uma espécie de Serviço de Proteção ao Crédito para atender aos interesses da União contribuirá para colocar ordem nas finanças públicas brasileiras, cujo descalabro é a causa primária da inflação. Mas é preciso também que, de sua parte, a União mostre o que deve, para que a sociedade possa saber com clareza quem deve a quem no setor público e para que, afinal, os devedores comecem a quitar suas dívidas em bases aceitáveis para todos.

O anúncio de que o governo federal tem a receber de Estados e municípios US\$ 49 bilhões provocou imediata resposta dos responsáveis por essa dívida. Muitos governadores contestaram os números e alguns trouxeram à discussão créditos que alegam ter junto ao governo federal, o que reduziria o valor devido e poderia até mesmo tornar seus Estados credores da União.

O caso mais notável foi o de São Paulo. O governo federal anunciou que o governo paulista tinha um débito de US\$ 13,5 bilhões com a União. O governador Luís Antônio Fleury Filho contestou, dizendo que a dívida do Estado é de US\$ 6,2 bilhões, mas os créditos são de US\$ 5,1 bilhões, razão pela qual a dívida líquida se resume a US\$ 1,1 bilhão, ou apenas 8% da anunciada inicialmente.

Apesar dessa inacreditável discrepância entre os dois números, o Ministério da Fazenda concordou com o governador. Outros governadores, como os do Rio de Janeiro, do Paraná, de Minas Gerais, da Bahia e do Rio Grande do Sul também discordaram dos números apresentados pelo Ministério da Fazenda.

Ainda se consumirá algum tempo até se saber com certeza quem está com a razão. Mas o caso de São Paulo mostra que os números apresentados pelo Ministério da Fazenda são no mínimo discutíveis. Relato

embora confirme que a dívida dos Estados e municípios chega a US\$ 49,08 bilhões, mostra que só uma parte dela é dívida com a União. Como esse total inclui a dívida mobiliária contratada junto ao mercado financeiro e a dívida externa que está sendo negociada nos termos que o Brasil vem acertando com os credores internacionais, a dívida com a União reduz-se para cerca de US\$ 30 bilhões. Mesmo assim, nesse valor não está considerado o dinheiro que Estados e municípios alegam ter a receber da União e de empresas federais, inclusive impostos não recolhidos.

Essa discussão é indispensável para o efetivo acerto de contas dentro do setor público brasileiro. Desde já ela tem o mérito de trazer à luz o tamanho da dívida acumulada pelos Estados e municípios, cujo saldo devedor de quase US\$ 50 bilhões é maior do que toda a dívida externa do Brasil junto a credores particulares (cerca de US\$ 41 bilhões). É uma demonstração clara de que a desordem financeira do setor público não se limita ao governo federal.

O ministro Fernando Henrique Cardoso está conversando com os governadores, para conter a reação negativa que a expectativa de uma cobrança implacável das dívidas para com a União vinha despertando. Não é intenção do governo federal, tem dito o ministro, asfixiar financeiramente os Estados e municípios. O que se quer é simplesmente restabelecer o fluxo de pagamento das prestações pelos Estados e municípios, interrompido em setembro. Os atrasados chegam a US\$ 2 bilhões, dinheiro indispensável para a busca do equilíbrio orçamentário da União.

Mas, para que não se destruam as expectativas favoráveis criadas com o anúncio do Programa de Ação Imediata do governo, é preciso que o acerto da União com os Estados e municípios seja feito o mais depressa possível.